



O AEE E AS PRÁTICAS INCLUSIVAS NA EJA: INTERFACES E PERSPECTIVAS

**Autor¹ Jaqueline Sousa Santos Pita ¹; Autor Bethania Fernandes Rezende Moreno ²;
Autor Rosemary Lapa de Oliveira ³**

¹ Mestre em Educação e Contemporaneidade - UNEB, SMED, GEPELCH. E-mail: jaquelinepita@educacaosalvador.net;

² Especialista em Atendimento educacional Especializado, SMED. E-mail: bethaniarezende@educacaosalvador.net

³ Doutora em Educação - UNEB, GEPELCH. E-mail: rloiveira@uneb.br

EIXO TEMÁTICO 1: SUJEITOS DA EJA: INCLUSÃO, DIVERSIDADE e RELAÇÕES ÉTNICAS RACIAIS

RESUMO

O cotidiano escolar da Educação de Jovens e Adultos (EJA) revela um contexto permeado por singularidades e características próprias, que refletem as trajetórias de vida de seus sujeitos. Nessa modalidade de ensino, os estudantes carregam histórias marcadas por percalços, anseios e experiências de negação de direitos, que influenciam diretamente sua itinerância escolar e suas formas de se relacionar com o conhecimento. Trata-se, portanto, de um espaço que abriga uma diversidade significativa, incluindo Pessoas com Deficiência (PcD), em que o reconhecimento e o atendimento às singularidades de cada estudante tornam-se vitais para a efetivação de uma prática pedagógica verdadeiramente inclusiva.

Diante das transformações no cenário educacional brasileiro, observa-se que a escola, antes marcada por práticas excludentes e pela valorização de um ideal de “normalidade” socialmente construído, vem ampliando seu compromisso com o direito à educação para todos. Amparadas por determinações legais e políticas públicas de inclusão, as PcD passaram a ter seus direitos reconhecidos e garantidos, conquistando o acesso ao ensino regular e, com isso, a possibilidade de participar ativamente dos espaços escolares, incluindo a EJA, que se configura como um território de reparação, acolhimento e reconstrução de percursos educativos.

Historicamente, a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é resultado de um processo de ampliação das políticas públicas voltadas à educação inclusiva, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988, que consagrou a educação como direito de todos e dever do Estado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), ao reconhecer a Educação Especial como modalidade transversal a todas as etapas e modalidades da educação básica, consolidou o direito dos jovens e adultos com deficiência ao acesso à educação. Posteriormente, documentos como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e a Resolução CNE/CEB nº 4/2009



reforçaram esse princípio, assegurando que o AEE seja ofertado também na EJA, de forma articulada com o ensino comum e adaptada às singularidades desse público.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui-se como um direito assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que em seu artigo 58 define a educação especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, devendo ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. Tal princípio é reafirmado pela Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que institui as diretrizes operacionais do AEE e assegura que o atendimento deve contemplar também os estudantes matriculados na EJA, reconhecendo a especificidade dessa modalidade e a necessidade de apoio pedagógico especializado. De mesmo modo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) e o Decreto nº 7.611/2011 reforçam que o AEE deve ser ofertado de forma complementar e/ou suplementar à escolarização, articulando-se com o ensino comum em todos os contextos educativos. Assim, o atendimento no âmbito da EJA consolida-se como parte indissociável do direito à educação inclusiva, garantindo que jovens e adultos com deficiência tenham acesso, participação e aprendizagem significativa nos espaços escolares.

Do ponto de vista pedagógico, o AEE na EJA requer uma prática que vá além da adaptação de materiais, implicando o reconhecimento das trajetórias, experiências de vida e tempos próprios de aprendizagem dos estudantes (Freire, 1996; Mantoan, 2006; Arroyo, 2007). Essa modalidade, marcada pela diversidade etária e sociocultural, exige do professor do AEE planejamento colaborativo, escuta sensível e metodologias flexíveis, capazes de favorecer a autonomia e o protagonismo dos sujeitos. Assim, se constitui como um espaço de mediação e ressignificação do aprender, que busca romper com práticas excludentes históricas e afirmar o princípio da educação como processo permanente, inclusivo e emancipador.

Nesse sentido, diante do crescente e significativo número de estudantes da Educação Especial na EJA, reconhecemos a importância de pesquisas nesse campo. O presente estudo analisa as especificidades do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a partir de um olhar atento à realidade de uma escola da rede pública municipal de Salvador, que atende aos anos finais do ensino fundamental. Considerando as singularidades desse público, bem como a flexibilidade dos tempos, espaços e materiais pedagógicos específicos para os sujeitos da EJA, esta pesquisa teve como objetivo apresentar, a partir dessa experiência, como o AEE vem sendo desenvolvido junto a estudantes dessa modalidade, buscando compreender os desafios e as potencialidades presentes na relação entre os professores do AEE e os estudantes da Educação Especial.

A presença de estudantes com deficiência na EJA evidencia a necessidade de práticas inclusivas que considerem suas trajetórias, ritmos e experiências de vida. O AEE, nesse contexto, assume papel fundamental na garantia do direito à educação e na promoção da aprendizagem significativa, exigindo adaptações metodológicas e flexibilizações que respondam às demandas desse público.

A pesquisa dialoga com autores que discutem a educação inclusiva e o AEE, como Mantoan (2015), Arroyo (2007) e Freire (1996), além de se apoiar nas diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). Também se recorre a estudos sobre a EJA, como Freire (1996), para compreender a dimensão humana e social desse processo educativo.



O estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo, e foi desenvolvido a partir da experiência de duas professoras da Sala de Recursos Multifuncionais, que atuam no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), no turno noturno de uma escola pública municipal que atende aos anos finais do ensino fundamental. Foram considerados como fontes de análise os registros do AEE, as articulações pedagógicas e os relatos obtidos por meio de relatos das docentes.

Os resultados evidenciam a importância da flexibilidade de horários para o atendimento aos estudantes, uma vez que muitos deles trabalham durante o dia ou dependem de outra pessoa para acompanhá-los até a escola. Outro aspecto relevante diz respeito à articulação entre o professor do AEE e o professor da sala regular, que se mostra essencial para planejar atividades e estratégias pedagógicas adequadas às necessidades estudantis.

Verificou-se que o AEE na EJA requer condições organizacionais mais flexíveis e o uso de materiais diversificados como estratégias fundamentais para favorecer o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes com deficiência. No entanto, persistem desafios relacionados à adaptação da rotina escolar às condições de vida desses sujeitos e às demandas cotidianas que enfrentam fora do ambiente escolar. Observou-se ainda que a naturalização da deficiência e a elaboração de estratégias pessoais de convivência social são aspectos que atravessam suas experiências e impactam o modo como constroem seus percursos educativos e reverberam em sua frequência e permanência no AEE.

Conclui-se que o AEE na EJA constitui espaço de possibilidades e reinvenções pedagógicas, demandando políticas públicas e práticas colaborativas que garantam a efetiva inclusão educacional. Dessa forma, as práticas desenvolvidas por meio desse atendimento devem estar articuladas com a vida humana concreta e a trajetória de vulnerabilidade desse sujeito (Arroyo, 2007). A ampliação do diálogo entre os profissionais e a valorização das experiências dos estudantes mostram-se essenciais para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva e emancipadora.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado; Educação de Jovens e Adultos; Inclusão; Práticas Pedagógicas.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares? REVEJ@, vol. 1, 2007. Disponível em: Acesso em: 26 de outubro de 2025.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília – DF. 1988.

_____. Lei 13.146 / 15. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015c.

_____. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº 9/2001 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2001.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm . Acesso em: 16 de outubro de 2025.



_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção cotidiano escolar).

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Da exclusão à inclusão escolar. In: MEC/SECADI. 25 mar. 2011.